

Terceirizados cobram salários dignos e transporte gratuito na USP

Manifesto pede equiparação de direitos entre terceirizados e efetivos p.3

UNIVERSIDADE

Alunos e funcionários relatam assédio dentro da universidade p.5

EM PAUTA

USP leva para o SUS tratamentos pioneiros contra o câncer p.8 e 9

ESPORTES

Pessoas com deficiência são excluídas do esporte universitário p.10

CULTURA

Você leria uma matéria sobre Pedros? p.14

Nesta edição: suplemento claro!

claro!
Invisível
junho 2023



Caminhos que constroem o JC

ALINE AMARAL - ALUNA DE EDUCOMUNICAÇÃO DA ECA/USP

EDITORIAL

Um jornal diverso

A criação da editoria “Diversidade” no *Jornal do Campus* foi um marco, ainda que muito tardio, na história dessa publicação. Desde 1983, o JC circula entre os alunos, professores e funcionários que fazem a USP. Felizmente, e graças à muita luta, ele hoje circula entre um grupo bem mais diverso do que aquele dos anos 1980. Instituir essa editoria foi uma forma de incluir na pauta as histórias que chegavam finalmente à Universidade mais prestigiada do país. Nascia assim um jornal com diversidade.

Essa política de inclusão, no entanto, não é nenhuma solução milagrosa, e não está acima de críticas. Hoje, boa parte dos grandes jornais do país têm editorias de diversidade. Ainda assim, dados recentes do Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMMA) mostram que mais de 80% dos textos publicados nos três principais jornais do país são escritos por pessoas brancas, e mais de 60% por homens. Também são bem conhecidos os problemas no tratamento que esses jornais dão aos grupos “diversos” sobre quem falam – basta ver os inúmeros casos em que criminosos brancos são tratados com os mais brandos adjetivos, enquanto negros apenas suspeitos de cometer crimes são barbaramente condenados pelas manchetes e reportagens.

O *Jornal do Campus* tem hoje, graças à luta de muitos por uma USP menos elitista, uma equipe editorial diversa. Na 535ª edição do JC, essa equipe decidiu dar um passo importante na construção de um jornal mais diverso: publicar o JC sem a editoria “Diversidade”.

Pode parecer paradoxal, mas, quando vimos as pautas que estariam nessa edição, nos pareceu claro que falar de esportes para PCDs é falar de Esportes, da mesma forma que falar de Bumba meu Boi ou da presença feminina na música clássica é falar de Cultura. Não nos parece certo que qualquer dessas pautas, simplesmente por falar de grupos tradicionalmente discriminados, deva ser categorizada como “Diversidade” e apartada de matérias sobre exposições de arte “tradicionais” ou sobre o esporte universitário em geral.

A editoria “Diversidade” foi muito importante para incluir todas as histórias na pauta do Jornal. Hoje, garantida essa inclusão, queremos ser mais do que um jornal com Diversidade. Queremos ser um jornal diverso.

HUMOR

PEDRO FAGUNDES



Interação de matrícula?
Não, obrigado,
sou antissocial

SIGA E PARTICIPE!

/jornaldocampus

JORNAL DO
CAMPUS

Universidade de São Paulo – Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior. **Vice-Reitora:** Maria Arminda do Nascimento Arruda. **Escola de Comunicações e Artes** – Diretora: Brasilina Passarelli. **Vice-Diretor:** Eduardo Monteiro. **Departamento de Jornalismo e Editoração** – Chefe: Luciano Guimarães. **Chefe Suplente:** Wagner Souza e Silva. **Jornal do Campus** – **Professores responsáveis:** Ricardo Alexino Ferreira, Rodrigo Ratier, Luciano Guimarães e Wagner Souza e Silva. **Redação** – **Secretário de Redação:** Diogo Leite. **Editoria de Arte** – **Editora:** Gabriela Lima. **Arte:** Fernanda Real, Fernando Cardoso, Pedro Fagundes e Rafael Canetti. **Editoria de Fotografia** – **Editora:** Ana Beatriz. **Fotógrafos:** Breno Lopes, Gabriela Lima, Leonardo Vieira, Letícia Naome, Mavi Faria, Mateus Cerqueira, Murillo César Alves, Pedro Fagundes, Rafael Canetti e Rian Damasceno. **Editoria Online e Redes Sociais** – **Editor:** Guilherme Castro. **Opinião/Diálogos** – **Editor:** Diogo Leite. **Repórter:** Ana Medeiros. **Universidade** – **Editora:** Mavi Faria. **Repórteres:** Adrielly Kilryann, Breno Lopes, Dani Alvarenga, João Dall’ara, Letícia Naome e Rian Damasceno. **Em Pauta** – **Editor:** Murillo César Alves. **Repórteres:** Ana Beatriz, Gabriele Koga e Guilherme Bento. **Cultura** – **Editora:** Adrielly Kilryann. **Repórteres:** Damaris Lopes, Gabriele Koga, Guilherme Castro, Mavi Faria e Pedro Fagundes. **Esporte** – **Editor:** Fernando Cardoso. **Repórter:** João Dall’ara, Mateus Cerqueira e Rafael Canetti. **Ciência** – **Editora:** Ana Medeiros. **Repórteres:** Erick Lins e Leonardo Vieira. **Endereço:** Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 433, prédio 2, sala 19, Cidade Universitária, São Paulo, SP, CEP 05508-020. Telefone: (11) 3091-4211. **Impressão:** Grafica CS. O *Jornal do Campus* é produzido pelos alunos do 5º semestre do curso de Jornalismo

▶ TRABALHO PRECARIZADO

“Sempre os últimos”: terceirizados cobram melhoria e transporte grátis na USP

Evento capitaneado pelo Sintusp chamou atenção as más condições de trabalho. Na Medicina, trabalhadoras da limpeza chegaram a fazer greve por salários atrasados

BRENO QUEIROZ [REPORTAGEM]

Salários dignos, sem atrasos e transporte gratuito dentro do campus. No dia 21 de junho, cerca de 120 professores, funcionários e estudantes da Universidade de São Paulo se reuniram no Anfiteatro da Geografia, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), no lançamento oficial do Manifesto Contra a Terceirização e Precarização do Trabalho.

A iniciativa foi do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), que estendeu a articulação política convidando para o evento representantes da Associação dos Docentes (Adusp) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE), além de autoridades e figuras públicas. Entre os convidados, o deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL) defendeu a “revogação das leis federais da terceirização”.

Segundo ele, as terceirizações ganharam uma nova escala após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, com a implementação da Reforma Trabalhista pelo governo de Michel Temer. A partir de então, abriu-se a possibilidade de “terceiriza-

ções de terceirizações”. Ou seja, ao contratar uma outra empresa, não é mais preciso comprovar que a função exercida por ela faz parte de uma atividade fim, e não de uma atividade fim. Passou a ser permitido que uma empresa de vigilância, por exemplo, contrate outra para fazer sua própria operação.

Na fala de abertura do Sintusp, Marcelo Pablito, um dos diretores da entidade, aludiu à “força dos trabalhadores da USP” e à “esperança de que esse movimento transgrida os muros da universidade”. Em entrevista ao JC, Pablito contou que, antes de se tornar funcionário contratado da USP, trabalhou como terceirizado nos bandejões. “Sofrido com uma jornada extenuante, de movimentos repetitivos e baixos salários”, afirmou.

“O Sintusp não representa diretamente os terceirizados, mas os apoia na luta, está nas manifestações, como no caso da medicina”, afirma Pablito. Em abril, trabalhadoras da limpeza da Faculdade de Medicina (FMUSP) paralisaram suas atividades por uma semana para cobrar salários atrasados. Chegaram a fechar duas faixas da Av. Doutor Ar-

naldo, na Zona Oeste da capital paulista, com apoio de entidades sindicais e coletivos negros.

Com a repercussão na mídia, as trabalhadoras conseguiram seu pagamento em menos de 24h. A FMUSP rompeu contrato com a antiga empresa e contratou uma nova prestadora, sob condição de empregar novamente as mesmas trabalhadoras.

Mas segundo o Sintusp, até a segunda semana de junho, elas ainda não haviam recebido o pagamento referente ao mês de maio, como havia se comprometido a FMUSP. Há relatos de trabalhadoras com água cortada, ameaçadas de despejo e acumulando juros no cartão de crédito. Segundo a assessoria de imprensa da FMUSP, a faculdade sempre cumpriu suas obrigações e “a nova empresa não tem nenhum problema”.

O processo de terceirização não dá sinais de desaceleração, e embora as falas dos representantes sindicais sejam empenhadas em mobilizar a base, a reportagem encontrou uma expressão diferente entre os terceirizados.

“Nós somos sempre os últimos aqui. É mais fácil eles atenderem os estudantes do que a

gente”, afirmou um vigilante. Com temor de represálias, a maioria dos entrevistados não quisera ser citados, e usam respostas curtas para falar da falta de direitos.

Entre os trabalhadores, é unânime o desejo de obter transporte gratuito no campus, através do Bilhete USP (BUSP). Enquanto alguns chegam ao posto de trabalho de bicicleta, outros reclamam de gastar cerca de R\$ 180 por mês nas idas e vindas de ônibus.

A conquista do BUSP para os terceirizados é uma pauta central na tentativa de aproximação do Sintusp, assim como a proposta citada por Pablito, de equiparar esses trabalhadores aos efetivamente contratados pela USP, elevando seus salários.

Apesar disso, a maioria deles não têm como referência o Sintusp ou sequer relatam alguma conversa com representantes do Sindicato, enquanto outros mencionam a atuação do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação (Siemaco) ou do Sindicato dos Empregados de Vigilância, Segurança e Similares (Seevis) como entidades que os represente.

Até 2018, de um total de 14 mil empregados, a USP contava com 6 mil terceirizados, ou seja, 42% deles. A solicitação de atualização desses números não foi atendida pela Seção Técnica de Contratos Terceirizados da Coordenadoria de Administração Geral (CODAGE) da USP até a data desta publicação. O *Jornal do Campus* também procurou a reitoria, através da Lei de Acesso à Informação, em busca das seguintes informações: quantos são os trabalhadores da USP; quantos são mulheres; qual a quantidade por função desempenhada. O pedido foi negado com a justificativa de que cada unidade tem autonomia para realizar suas próprias contratações. “Faz-se necessário um pedido para cada escola, faculdade, instituto ou órgãos da USP.”

IGUAIS DIREITOS IGUAIS SALÁRIOS



Trabalhador acompanha manifestação do Sintusp em frente à Reitoria

▶ ENSINO

Bolsistas PUB relatam sobrecarga de atividades na Escola de Aplicação da Faculdade de Educação

Trabalho após o período definido e carga de responsabilidades de docente são queixas dos estudantes

LETÍCIA NAOME [REPORTAGEM]

Os bolsistas PUB – também conhecidos como “Pubs” – que atuam na Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da USP (FEUSP) relataram ao Jornal do Campus ter excesso de atividades após o período estabelecido pelo edital e responsabilidades de professor.

As funções, voltadas a alunos do quarto e quinto ano do fundamental, ocorrem no Clube da Leitura e Escrita – uma espécie de reforço em escrita e interpretação de texto – e na Educação Especial – para estudantes com deficiência.

O objetivo das bolsas PUB é o engajamento dos graduandos com a pesquisa universitária ou projetos associados a atividades na USP. A Escola de Aplicação, por exemplo, uma instituição pública para a comunidade interna e externa da Universidade, se caracteriza por ser uma instância que aperfeiçoa a formação do docente e complementa o ensino, pesquisa e extensão universitária.

O JC ouviu dois bolsistas PUB, que pediram para não serem identificados por temor de represálias. Segundo eles, a questão prática da docência estava acontecendo com menos acompanhamento do que precisavam. Conforme um Pub relata, quando começou a trabalhar com três alunos na Educação Especial, recebeu as orientações de outra bolsista, ao invés da professora responsável.

“Ela [outra bolsista] já trabalhava com esses dois, três alunos antes. Tudo o que aprendi foi herança dela e pesquisa [própria]. Foi um trabalho individual de querer prover melhor para esses alunos que, no fundo, eram os que mais precisavam.”

Ana Paula Zerbatto, professora da FEUSP na área de Educação Especial e coordenadora dos projetos PUB da Escola de Aplicação, explica que a orientação da Educação Especial é realizada pelas professoras das turmas porque elas estão mais próximas dos alunos com deficiência.

“Quando o bolsista é direcionado para turma onde há um estudante com deficiência, irá atuar em conjunto com a pro-



Bolsista PUB em atividade na Escola de Aplicação interage com aluna do ensino fundamental I

fessora da sala de aula”. No caso citado, o bolsista atuava com alunos que tinham deficiência. Porém, para um deles não havia um diagnóstico tão claro e a docente responsável pouco orientou sobre isso.

Não só no início, mas durante o resto do período, eles contaram que os professores não os acompanhavam quando iam realizar a atividade prática, o que, segundo um deles, deveria ocorrer.

A professora Fabiana Andréa Dias Jacobik, que atuou até o fim de 2022 como a responsável pelo Clube da Leitura e Escrita com alunos do quinto ano, afirma que o procedimento é cabível. “Cada bolsista e professora estão em grupos diferentes.

Essa atividade passou pela mão da professora antes e ela a liberou. O bolsista pode fazer relatos à docente sobre a atividade”. Fabiana é uma das profissionais com a qual os bolsistas tinham diálogo.

Além disso, ela explica que eles são divididos em duplas, para não haver sobrecarga de trabalho, ressaltando que, se em outras modalidades de bolsas houve esse descuido e falta de orientação, desconhece.

Um dos bolsistas acredita que as responsabilidades extrapolam o que é previsto na contratação o que, somado às obrigações individuais, os leva à exaustão.

Nos é passada a responsabilidade de eleborar as atividades para serem aplicadas em sala de aula, ministrar aulas, além do trabalho exaustivo de correção dessas atividades em paralelo às obrigações individuais.

Além disso, os Pubs disseram que há sobrecarga de trabalho após o período estipulado.

“Frequentemente temos muita coisa para corrigir fora de sala de aula. E o tempo que o projeto previa para fazer nosso planejamento de aula – e isso incluía também a correção de atividades – era em um período de uma aula durante a semana. O que é insuficiente.”

Sobre esse ponto, pelo menos a respeito da atuação da professora Fabiana, ela conta que as 10 horas estabelecidas pelo edital eram divididas do seguinte modo: 6 horas ficavam para as atividades com os alunos e 4 horas para o planejamento ou reuniões com os professores.

O estudante reconhece que, na carreira de um professor, trazer trabalho para casa, com os planejamentos das aulas e correções, é algo da profissão. Porém, isso não é previsto no edital e os bolsistas não têm vínculo empregatício para realizar atividades fora do período da bolsa.

Fabiana detalha que, no contexto de falta de professores, houve a redistribuição das aulas e demais frentes de trabalho entre poucos professores, o que acaba sobrecarregando a todos.

Um bolsista fala que, por conta disso, em alguns casos eles assumiam aula com 40 alunos. “Já cobri aula pelo menos em 3

situações diferentes, todas no ano passado, em casos que não havia outro professor que pudesse cobrir a janela de aulas.

A professora colocava eu e uma outra colega que já estávamos há mais tempo no PUB.”

Isso não deveria ter ocorrido, pois o objetivo da bolsa PUB, diz a professora, não é cobrir “a necessidade de professores, e sim compor uma ideia de currículo escolar e suprir as necessidades das crianças”.

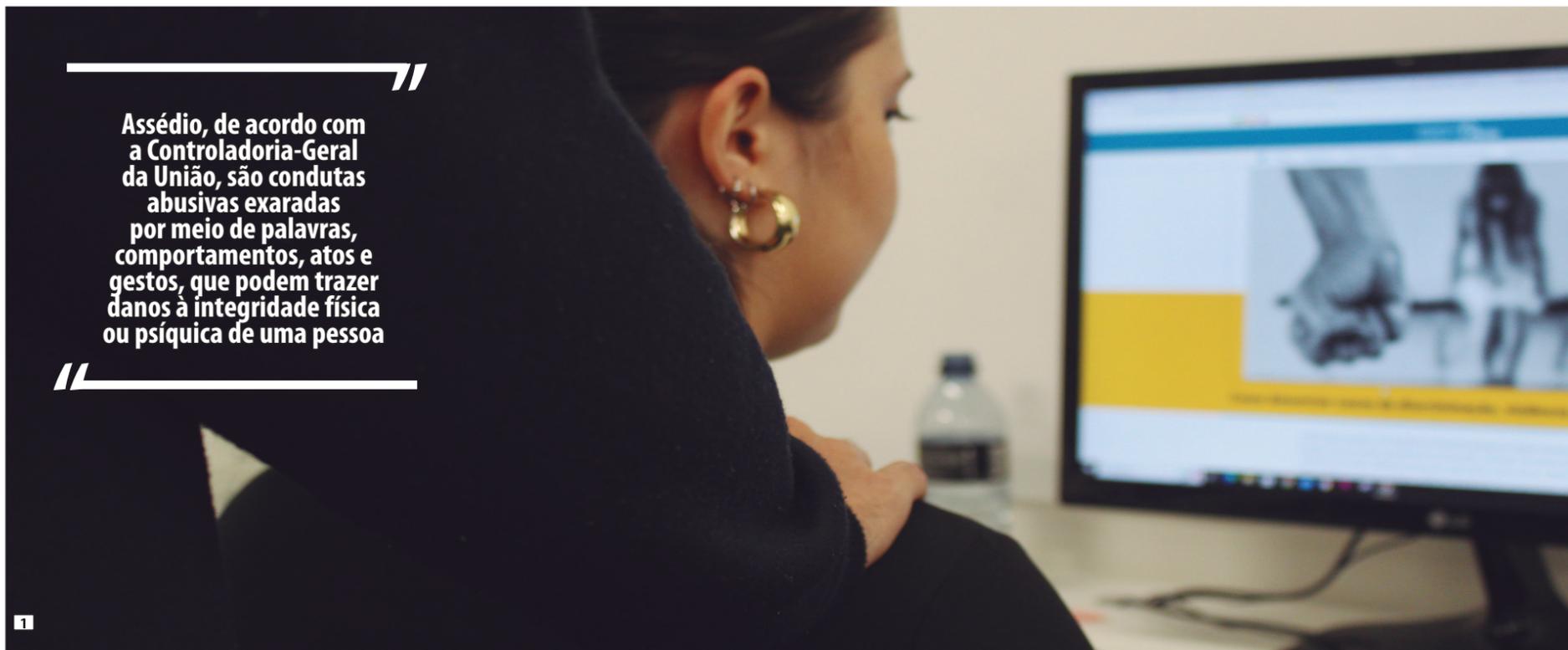
Já Ana enfatiza que a escola, por conta da defasagem, não deixou de se preocupar com a organização para manter as aulas, assim como o acompanhamento das atividades dos bolsistas. “Até porque entendemos que estudantes bolsistas e estagiários estão em processo formativo. Não houve, em meu conhecimento, a condução do trabalho como se o bolsista fosse um substituto ou um professor”.

A expectativa é de que a situação melhore após a recente contratação de 19 novos docentes. Está ocorrendo, inclusive, uma reformulação na escola em relação às bolsas para alunos com a introdução da bolsa PRO-AID – voltada para a formação em línguas na universidade e parecida com a PUB – na escola, no valor de R\$ 1.000, com uma carga de 20 horas, para estudantes de graduação.

▶ VIOLÊNCIA

Casos de assédio na USP expõem fragilidade no combate a condutas abusivas

Assédio, de acordo com a Controladoria-Geral da União, são condutas abusivas exaradas por meio de palavras, comportamentos, atos e gestos, que podem trazer danos à integridade física ou psíquica de uma pessoa



DNAIELE ALVARENGA E JOÃO DALLRA
[REPORTAGEM]

Situações de assédio na universidade deixam marcas profundas nas vítimas, que passam a enxergar o local como um ambiente inseguro e nocivo. Conforme apurou o JC, os principais empecilhos para combater o assédio moral e sexual na USP estão relacionados à dificuldade em fazer denúncias contra os assediadores, seja pela falta de acesso aos canais corretos seja pela impunidade e temor da retaliação. Como é o caso de Roberta*, que conta ter sido ameaçada de não conseguir progredir na carreira enquanto o outro estivesse no departamento e, apesar de ter comunicado à direção do instituto sobre o caso, nada foi feito. “A pessoa assediada há mais de 20 anos e nada acontece”, relata.

Com a pandemia, as denúncias caíram, como relata Heloísa Buarque de Almeida, Professora do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP e criadora do Rede Não Cala – Rede de Professoras pelo fim da violência sexual e de Gênero na USP. “Em contrapartida, com a volta às aulas, voltamos a ver um crescimento das denúncias de assédio, tanto na Rede Não Cala quanto no Sintusp (Sindicato dos Trabalhadores da USP)”, explica Almeida.

A impressão da professora se confirma através de dados da Ouvidoria da USP. Antes da pandemia, em 2019, o órgão coletou

seis denúncias de assédio ou violência sexual. Em 2020, os números caíram para quatro e, no ano seguinte, para três. Com o retorno das aulas presenciais em 2022, a Ouvidoria registrou cinco casos. Contudo, as taxas aumentaram neste ano: apenas no primeiro semestre de 2023, já foram realizadas seis denúncias formais.

A ascensão do debate nos últimos anos fez com que a USP se mobilizasse e passasse a adotar algumas medidas para coibir os casos de assédio. A criação da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP), em maio de 2022, é parte do processo. Apesar de haver o Escritório USP Mulheres, as Ouvidorias e as comissões de Direitos Humanos em algumas unidades, ainda parece ser insuficiente.

A necessidade de medidas mais efetivas foi tema de debate em seminário no início do ano pela PRIP. Como meio de pressionar e trazer ideias para o combate efetivo do assédio, a Associação de Docentes da USP (Adusp), em conjunto com o Sintusp, DCE-Livre (Diretório Central Estudantil) e Rede Não Cala, entregou a carta “Vozes Que Não Se Calam Contra o Assédio”.

“A administração universitária sequer considerou a proposta e seguimos sem que os casos sejam devidamente encaminhados. Embora a Reitoria tenha criado a PRIP, ainda não vimos uma política institucional de combate ao assédio”, explica a professora Michele Schultz,

Casos de assédio na USP voltaram a crescer após fim da pandemia

presidenta da Adusp. Procurada sobre o recebimento da carta e a proposta de novas ações, a PRIP disse: “A Universidade já tem medidas de enfrentamento ao assédio e violência de gênero. No horizonte estão palestras e campanhas educativas contra o assédio, que pretendemos fazer no próximo período”.

Existe ainda a mobilização pelas pessoas que frequentam a universidade, seja por meio de coletivos seja por Comissões Anti-Opressão (CAO) organizadas pelos estudantes. Não há uma entidade ou associação voltada especificamente para esse tipo de conduta abusiva na USP, o que dificulta as denúncias e o acolhimento necessários para as vítimas, além da falta de procedimentos de fácil acesso e devidamente organizados. “Nós precisamos ter uma mudança regimental, na estrutura da universidade. A Rede Não Cala é um movimento social e coletivo feminista, não um órgão da universidade”.

A hierarquia rígida do ambiente acadêmico, para a presidenta da Adusp, agrava a situação ao beneficiar assediadores em posições mais elevadas. “Os recorrentes casos de assédio na USP estão relacionados, em grande medida, à cultura oligárquica e antidemocrática existente na instituição, mantida por suas estruturas de poder”. Desse modo, as situações de condutas abusivas se configuram de diversas formas e isso fica evidente pelo relato das vítimas.

“Acessei a biblioteca da Química como aluna de pós-graduação e, em certo momento, o professor se aproximou pelas minhas costas e eu fiquei ‘encurrada’ entre ele e a estante”, contou Mariana*.

Outra vítima relatou ter sido assediada três vezes durante a graduação e a pós-graduação. “A própria guarda universitária passa encarando as alunas pelas ruas da USP. Falta uma política de educação coletiva, sem distinções de cargos, e punição para os poderosos que assediam mulheres em posições hierárquicas inferiores”, relata a jovem.

Michele Schultz, presidenta da Adusp, reconhece que a universidade ainda está muito longe de ser um local seguro em relação a assédios. “Não possui bons mecanismos, diria até que inexistem.”, explica Schultz.

Procurada sobre a falta de um canal institucional voltado para o combate ao assédio, a PRIP afirmou: “A USP tem, desde 2020, dois documentos que organizam um protocolo para atendimento de casos de violência de gênero. Duas instâncias são recomendadas: a primeira, de acolhimento, é realizada no âmbito das unidades, e a segunda de apuração de responsabilidade no âmbito da universidade”.

Contudo, para a presidenta da Adusp, a falta de um protocolo unificado dificulta o processo de denúncias e punições, além da falta de garantia de que as investigações serão levadas a sério e adiante.

* Nomes fictícios para proteger a identidade das vítimas

GRADUAÇÃO

Projeto de IC aponta falta de diversidade em Ciências Moleculares

Sondagem, que tem inspirado mudanças no curso, mostra poucas mulheres, negros e alunos da rede pública

DANI ALVARENGA [REPORTAGEM]

“Definitivamente não é um curso para gênios, é para quem gosta de ciências”, afirma o estudante Rafael Badain sobre a graduação em Ciências Moleculares (CM). Criado em 1991, o objetivo é trazer a interdisciplinaridade e integração de diversas áreas em uma única graduação.

Para ingressar em Ciências Moleculares, os alunos precisam entrar na universidade por qualquer método de ingresso e, depois, fazer um processo seletivo com perguntas sobre a área científica. “O processo seletivo foi valioso para mim e eu acho importante, porque ele mede mais do que as suas notas”, explica o aluno.

O curso possui uma abordagem que estimula os alunos a encaminharem suas graduações conforme desejam. “Apresentei o curso a alunos intercambistas do MIT (Massachusetts Institute of Technology) e ficaram admirados com a inovação que temos aqui”, relatou Rafael. Apesar de ter boa fama, o curso enfrenta um problema antigo da USP: a falta de diversidade.

Em 2019, Rafael coletou dados sobre quão diversos eram os estudantes de Ciências Moleculares para verificar se a distribuição dentro do curso correspondia à do Estado de São Paulo. “Nossas turmas mais antigas tinham poucos estudantes de escolas públicas. Antigamente, a gente tinha essa disparidade. Ofereci esses dados para a coordenação e eles atuaram para melhorar isso”, relata Rafael.

Sua percepção de melhora vem de uma experiência pessoal: para se manter na universidade e ajudar a sustentar sua família financeiramente, ele precisava trabalhar. O curso, por ser integral, dificulta que o aluno estude e procure oportunidades, mas ele foi um dos primeiros alunos a conseguir trancar matérias para exercer atividades fora da USP. “Foi o que me permitiu seguir na carreira acadêmica, porque eu não tinha condições de me manter”, explica o estudante.

Rafael relata que o curso passou a oferecer bolsas PUB, que incentivam a permanência dos estudantes. “Eu ofereci meus dados para a coordenação e eles me informaram que iriam disponibilizar bolsa de permanência para os estudantes do curso, principalmente porque eles já sabiam de um histórico de alunos que precisavam trabalhar”. A promessa foi cumprida, mas o estudante avalia que nem sempre elas são o suficiente. “Eu gostaria de ter tido mais apoio da USP, sinto que os valores das bolsas, até mesmo das agências de fomento, deixam a desejar. Não são adaptadas à realidade”, justifica o aluno.

Irina lerner, formada em Ciências Moleculares em 2021, afirma que a carga horária do curso dificulta para quem precisa trabalhar. “Muita coisa melhorou, mas o curso acaba sendo um pouco elitista no sentido de que são sete horas por dia, tornando difícil conciliar com trabalho. Se você conseguir manter o ritmo e estagiar, eles permitem – por mais que não seja algo obrigatório para o curso”.

Ela também observou problemas na questão de gênero. “Acho que a pior falta de diversidade é no quesito homens e mulheres. Já teve turmas que não tinha uma mulher e não porque elas não entraram pelo processo seletivo. São mulheres que não quiseram ficar porque o ambiente era machista.”, descreve.

Atualmente, ela mora na Austrália e descreve que, apesar das dificuldades, o modelo da graduação em Ciências Moleculares é importante. “O curso realmente tem uma formação excepcional e que a gente não encontra em outros lugares, mesmo dentro da USP, porque no Brasil a gente ainda tem uma mentalidade muito encaixotada das disciplinas”, relata ela.

A ex-aluna afirma ainda que a diversidade racial era presente nas turmas em que teve contato. Contudo, Danilo - aluno que preferiu não se identificar - relatou conhecer apenas dois homens negros em todo o curso e confirmou a falta de mulheres: “de 26

pessoas na minha turma, só tem uma aluna”, relata.

Merari de Fátima Ramires Ferrari, professora e coordenadora da graduação em Ciências Moleculares, discorda do diagnóstico dos alunos. “O processo seletivo mantém as mesmas proporções de alunos vindos de escola pública e PPI. Posso garantir que o CM talvez seja o curso mais diverso da USP”, afirma. A pesquisa de Iniciação Científica traz outro cenário. Na turma 31, de 2021, dos 36 alunos, apenas 9, ou 25%, eram de escola pública.

Já sobre estudantes pretos, pardos e indígenas no curso, a pesquisa apontou que 0% dos estudantes se identificaram como pretos ou indígenas, e 19,4% como pardos em 2021. No mesmo ano, a USP registrou uma taxa de 44,1% de universitários que utilizaram a cota de PPI.

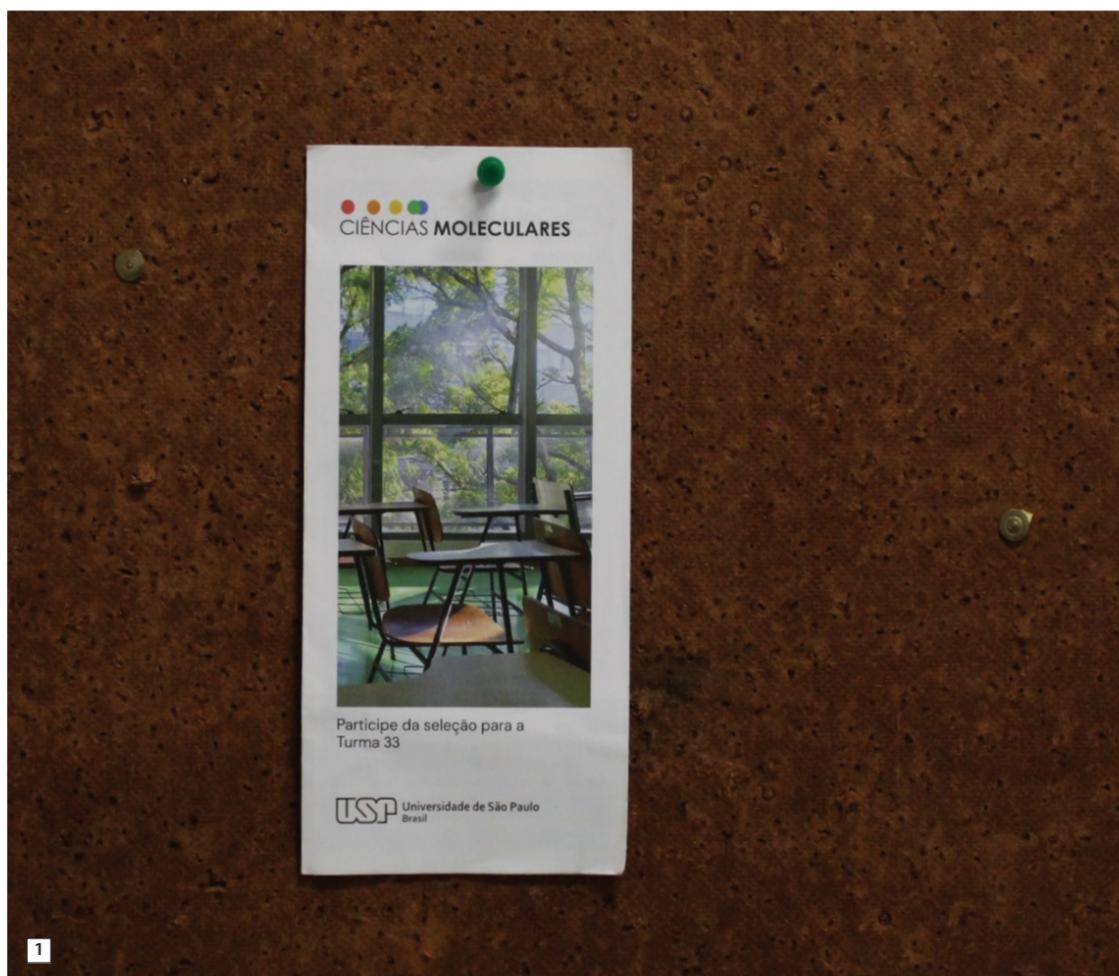
A professora admite que há uma dificuldade em manter os estudantes: “Nosso desafio atual

é consolidar as ações de permanência no curso, uma vez que há uma quantidade razoável de pessoas que voltam para o curso de origem antes de se graduarem no CM”, informou Ferrari.

Sobre a pesquisa, Merari afirma que o intuito do projeto é “exatamente fazer levantamento sobre a comunidade do CM para melhor entendimento e proposições de ações. Estamos atentos para manter a equidade de acesso do CM”. Uma melhoria observada pela coordenação foi sobre a comunidade LGBTQIAP+. “Um dos resultados mais interessantes que tivemos neste último ano é que a nossa comunidade LGBTQIAP+ sente-se mais acolhida no CM do que em outras unidades”.

Já sobre os baixos níveis de diversidade racial no curso, a coordenadora diz que “o CM tem se mantido atento para acolher pessoas das diferentes origens socioeconômicas e étnicas”.

A graduação em Ciências Moleculares é ministrado no Centro de Inovação da USP



▶ DIREITOS HUMANOS

APESAR DE PROGRAMAS DE AUXÍLIO, TRABALHO INFANTIL É LATENTE NO TRANSPORTE PÚBLICO

Entidades de defesa de crianças e adolescentes confirmam o aumento das ocorrências nas ruas, mas a ausência de pesquisas sobre o assunto impossibilita a criação de um estudo aprofundado sobre o tema

BEATRIZ FERREIRA [REPORTAGEM]

Na procura por crianças que pudessem relatar a rotina de trabalho nos trens, a reportagem do *Jornal do Campus* encontrou uma mãe pedinte que era acompanhada de seu filho. Uma criança muito pequena e sorridente. Andava pelo trem da linha Diamante da CPTM, coletando trocados sem se desequilibrar. Um homem chamou por ele e o elogiou: “Que bonitinho! desde cedo ajudando a mãe”. Perguntou quantos anos a criança tinha, ao que esta respondeu levantando os três dedos. Deu-lhe algumas moedas. O homem sentado ao lado responde: “É, mas não é assim que tem que ser, não é?”

Não existem dados oficiais que confirmem o crescimento recente do trabalho infantil nos trens e metrô. Ainda assim, o aumento das ocorrências são tendência notada por diversos órgãos que se debruçam sobre o problema, como Conselhos Tutelares, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Roberta Tasselli, gestora da área de Comunicação para o Desenvolvimento da Cidade Escola Aprendiz, que abrange os programas “Criança Livre de Trabalho Infantil” e “Chega de Trabalho Infantil nos Shoppings Centers”, relata a dificuldade de estudar o trabalho infantil nos trens e metrô hoje. É possível inferir, contudo, que a pandemia de coronavírus tenha sido uma das grandes responsáveis pelo possível aumento, sobretudo pela consequente ampliação da desigualdade social e da evasão escolar.

O trabalho infantil dentro dos trens e metrô oferece riscos não apenas ao desenvolvimento e à aprendizagem, mas também ameaças à saúde física, dado que a criança fica sujeita à mutilação, desaparecimento e até mesmo ao tráfico de crianças.

“Apesar disso, os trens e metrô seguem sendo uma opção economicamente atrativa por se tratarem de um mercado quase



que infinito com a constante circulação de passageiros e a impossibilidade de deixar a ‘loja’ em movimento”, expõe Tasselli.

Do lado do poder público paulistano, a iniciativa mais recente é o Programa Cidade Protetora. Iniciado pela Prefeitura de São Paulo em junho de 2022, trabalha em parceria com empresas privadas para proteger crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nos espaços privados de uso coletivo, como shoppings centers, hipermercados e rodoviárias. Neste ano, o programa põe foco no transporte público.

Os indicadores que dizem a respeito da eficiência e prestabilidade do Cidade Protetora ainda estão sendo desenvolvidos e em breve serão validados na Semet (Segurança e Medicina no Trabalho).

ORIGINADO NA COR Tasselli explica que o comportamento isento ou ainda otimista acerca do tra-

Um corpo social mergulhado no racismo estrutural pode se acostumar a enxergar o trabalho infantil como um trabalho digno quando a maioria das vítimas é negra

Roberta Tasselli, gestora da Cidade Escola Aprendiz

balho infantil é muito comum. As raízes estão na escravidão, ainda hoje naturalizada, e por esse motivo permanece sendo pouco chocante à sociedade. Ressalta, ainda que mesmo após a abolição da escravatura, as famílias de escravizados não foram indenizadas e tão pouco receberam auxílio para viver de forma autônoma ou através do ganho de receita.

A Lei do Ventre Livre dava à criança uma falsa liberdade, uma vez que esta permanecia com a mãe em cativeiro até os oito anos de idade e, até os 21, permaneceria na propriedade do senhor, se este a autorizasse. “Um corpo social mergulhado no racismo estrutural pode facilmente se acostumar a enxergar o trabalho infantil como um trabalho digno quando a maioria das vítimas é negra”, afirma.

De acordo com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, as crianças negras são as mais en-

contradas em situação de trabalho infantil, representando cerca de 66% das vítimas no país. Em SP, segundo dados do Mapa do Trabalho Infantil publicado pela Criança Livre de Trabalho Infantil, 52,4% das crianças e adolescentes, entre cinco e 17 anos, em situação de trabalho infantil são negras.

Tasselli, acentua a relevância de não abordar o trabalho infantil como crime, considerando que apenas a exploração deste o é. Uma criança em situação de trabalho infantil não deve ser tratada como criminosa. O mesmo deve ocorrer com sua família. “Quando as coisas funcionam da maneira correta, a criança é acolhida e assistência lhe é oferecida, a ela e à sua família, ninguém é criminalizado”. Os órgãos, especialistas e programas, como é caso do Programa Cidade Protetora, procuram atender às vítimas e inseri-las em projetos de proteção social.

▶ SAÚDE

Pesquisas da USP oferecem ao SUS tratamentos inovadores contra o câncer

Terapia celular e vacina terapêutica são exemplos de tratamentos com resultados iniciais, mas promissores



GABRIELE KOGA E GUILHERME BENTO
[REPORTAGEM]

Paulo Peregrino, de 61 anos, conviveu com o câncer por 13 anos até finalmente entrar em remissão. Por meio de um estudo desenvolvido pelas Faculdades de Medicina da USP de São Paulo (FMUSP) e de Ribeirão Preto, (FMRP-USP), pelo Instituto Butantan e em parceria com o Hemo-centro, o paciente teve acesso a um tratamento de terapia celular disponibilizado no país apenas no final de 2022 – e, ainda assim, por valores acima de R\$ 2 milhões.

A terapia celular CAR-T utiliza células geneticamente modificadas para combater o câncer. O uso comercial foi liberado em 2018 nos Estados Unidos pela agência reguladora sanitária norte-americana, a Food and Drug Administration (FDA).

O sistema imunológico humano é composto por dois tipos de células especializadas: os linfócitos B e T. Enquanto o primeiro é responsável por produzir anticorpos, o segundo funciona como um “guarda” do organismo. Em um caso do tratamento realizado em Ribeirão Preto, em 2019, o paciente era portador avançado de um linfoma não-Hodgkin, um câncer sanguíneo que ocorre quando

o corpo produz muitos linfócitos – um tipo de glóbulo branco – anormais.

O quadro era causado por linfócitos B doentes. Os pesquisadores, então, extraíram os linfócitos T de uma amostra de sangue do paciente para modificá-los geneticamente.

No laboratório, uma espécie de vírus sintético foi introduzido nestas células. Esse vírus é um vetor – ou seja, ele carrega no DNA a habilidade de reconhecer determinadas substâncias de interesse. Os linfócitos T modificados ganharam, a partir disso, um receptor que permitia o reconhecimento e o combate ao tumor. Tornaram-se, desta forma, células CAR-T.

Reintroduzidas no paciente, as CAR-T têm como alvo era uma proteína chamada CD-19. Como esta proteína está presente na membrana dos linfócitos B doentes, as células modificadas passaram a conseguir reconhecer e destruir as células cancerosas.

Por não serem um tipo de terapia simples, as células CAR-T exigem uma estrutura laboratorial complexa, certificada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e com boas práticas de

produção. O tratamento exige também hospitais com capacidade para realizar transplantes de medula óssea, laboratórios de pesquisa avançada e suporte de tratamento intensivo.

O principal problema da terapia celular CAR-T é o custo. Nos EUA, um tratamento completo pode chegar a custar US\$ 1 milhão (cerca de R\$ 4,8 milhões).

Ao todo, 14 pacientes já foram tratados com células CAR-T com verbas da Fapesp e do CNPq. Todos os pacientes tiveram remissão de pelo menos 60% dos tumores e a recuperação foi na rede do Sistema Único de Saúde (SUS), segundo a Agência Brasil. Este tipo de terapia se encontra em fase experimental no país. Os pacientes foram tratados de forma compassiva, isto é, seguindo decisão médica, quando o câncer está em estágio avançado e não há alternativas de terapia.

UNIVERSIDADE E SUS O SUS, maior sistema público de saúde do mundo, atende mais de 190 milhões de pessoas todos os anos no Brasil, de maneira integral e gratuita. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), ele é considerado referência internacional em diversas áreas, como vacinação, transplantes, doações de órgãos, de sangue e

Estudos clínicos podem ser porta de entrada para novas terapias

No Hospital das Clínicas, buscamos entender a dinâmica do SUS para, então, propor inovações

*Roger Chammas,
coordenador do C2PO-USP*



de leite materno. Pela complexidade, o sistema de saúde é organizado em diferentes tipos de assistência à saúde e níveis de atenção. “A gente divide o sistema em Atenção Primária à Saúde (APS), que existe nos postos de saúde, atenção secundária, como acontece no Hospital Universitário (HU), e atenção terciária, que é feita no Hospital das Clínicas (HC), tanto em São Paulo quanto em Ribeirão Preto, vinculado à Universidade”, explica Roger Chammas, coordenador do Centro de Estudos e Tecnologias Convergentes para Oncologia de Precisão (C2PO), da USP.

“No Hospital das Clínicas, buscamos entender a dinâmica do SUS para, então, propor inovações”, afirma o pesquisador. “Esses processos podem estar relacionados a uma nova forma de diagnóstico, um aplicativo, uma maneira de acompanhar o paciente ou até tratá-lo de uma forma diferente.”

Para Chammas, é comum que pesquisas busquem recrutar voluntários, já que há uma oportunidade para que os pacientes do SUS tenham acesso a um tipo de tratamento antes que sejam concluídas e seus resultados amplamente disponibilizados à população. “Isso é muito útil para gerar evidências que vão, em última análise, ser requeridas para o registro de um novo tratamento no nosso país”, conta.

COMO FUNCIONA UMA PESQUISA?

Há diferentes etapas em um estudo clínico para o desenvolvimento de medicamentos, vacinas e tratamentos. Segundo a Fiocruz, instituição nacional de pesquisa e desenvolvimento em ciências biológicas, e o Instituto Nacional de Câncer (INCA), o planejamento envolve um cronograma que pode durar anos até a sua conclusão, a depender dos objetivos, ajustes e investimentos da pesquisa.

O primeiro ciclo é conhecido como experimental ou pré-clínico. Antes de iniciar, os testes em seres humanos, os pesquisadores

realizam estudos para a concepção de uma inovação em saúde. Os testes preliminares acontecem em dois modelos: in vitro, que compreende ensaios realizados fora de um organismo vivo e envolve células, tecidos ou órgãos isolados; e in vivo, que conta com estudos realizados com organismos vivos, para demonstrar a segurança e o potencial da pesquisa em questão.

“Nos estudos pré-clínicos, tenho diferentes estratégias e trabalhamos até provar um conceito. Isso pode gerar uma abordagem de um tipo, um protótipo, que poderá ser aplicado depois”, detalha Chammas.

Na sequência, ocorrem testes em animais que apresentam o problema de saúde em questão. É o caso de camundongos com tumores. Neste processo, são testadas as concentrações da molécula a partir da análise de quais delas produzem respostas contra a enfermidade. Posteriormente, um mamífero mais complexo, como um porco, é utilizado para confirmar as observações prévias.

“Depois da prova de conceito, a gente começa a fazer os testes e, dependendo da abordagem, precisa ser realizado em uma ou duas espécies animais”, complementa o professor.

Um relatório pré-clínico é produzido com os resultados na etapa seguinte e, com autorização da Anvisa, os testes em seres humanos são iniciados. A etapa clínica engloba testes de segurança e a eficácia deste novo medicamento em seres humanos. As atividades incluem análise preliminar do tratamento em participantes de pesquisa (de 20 a 100 pessoas), aumento do número de grupos envolvidos para definição de doses eficazes e relação de risco/benefício. A próxima etapa da pesquisa inclui testes em maior escala para avaliar novas indicações e obtenção do registro sanitário na Anvisa. “É uma fase de vigilância, na qual observamos eventuais efeitos

R\$ 4,8 milhões
é o preço
de uma terapia
celular CAR-T

Todos os
pacientes tiveram
pelo menos
60%
de remissão

adversos na população fora do estudo”, pontua Chammas.

“Se houver alguma ‘toxicidade’ que não tenha sido observada antes, ela é relatada e, se for necessário, o medicamento perde o seu registro.”

FRUTOS DA PESQUISA

A importância da pesquisa clínica neste cenário para um contexto público, segundo Henrique Fonseca, pesquisador da Academic Research Organization da Faculdade de Medicina Einstein e líder de estudos clínicos de vacinas, é abrir mais oportunidades no SUS para utilizar algo já existente para pessoas com condições diferentes de saúde. Com isso, é possível aplicar medicamentos que existem em tratamentos de diversas doenças. Exemplo: o estudo da aplicação da vacina da gripe na redução de infartos e de AVC.

Constatações como esta podem ser convertidas em políticas públicas. “Os resultados positivos são mostrados como recomendação para que o governo vacine a população de maior risco para doença cardiovascular”, ilustra o pesquisador. A Anvisa participa do processo fazendo com que o SUS utilize o que já tem em um espectro maior de possibilidades.

FUTURO Ao *Jornal do Campus*, em um estudo que busca financiamento para iniciar a fase três, o professor José Barbuto, do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB), afirma que uma vacina terapêutica para o câncer é desenvolvida no Departamento de Imunologia.

O pesquisador explica que a vacina terapêutica difere da preventiva. A primeira é destinada a barrar a progressão da doença já instalada no organismo, enquanto a outra estimula o sistema imunitário a produzir proteção contra infecções.

Para Barbuto, o tratamento para o câncer é complexo, uma vez que existe o crescimento desordenado de células. Elas se dividem rapidamente e formam tumores, que podem invadir tecidos e órgãos.

“O sistema imunológico deveria reconhecer o câncer e, por mecanismos de regulação, ele desliga isso. Com mais estudos, vieram grandes novidades”, destaca.

“A gente consegue usar o sistema imunológico para tratar o câncer e essa descoberta foi prêmio Nobel de medicina, em 2018. Há uma manipulação do sistema imune que faz com que ele brigue contra o câncer”.

O professor ressalta que existe um tipo de freio do nosso sistema imunológico, conhecido como “sistema de breques”. A tecnologia de suas pesquisas é baseada no trabalho vencedor do prêmio Nobel.

Ao liberar os breques, as células de defesa do organismo conseguem atacar o tumor. Esse mecanismo auxilia as nossas próprias defesas a detectar o câncer e agredi-lo.

“O que eu faço é produzir células dendríticas, componentes do sistema imune, em laboratório. Oferecemos o tumor do paciente a ela e devolvemos essa célula, apontado o tumor como um problema para o sistema. Ao fazermos isso, compra-se a briga contra a doença”, explica.

Os resultados preliminares, em 35 pacientes na etapa clínica, são promissores.

“A sobrevida esperada para pacientes com tumores é inferior a um ano e meio. Para alguns subtipos, essa expectativa duplicou e, para outros, quadruplicou. A resposta foi muito importante e convincente. Agora, nós estamos indo para a fase três. Foi um bom estudo, mas pequeno. Vamos ver muitos pacientes nas próximas etapas. Se a hipótese se confirmar, será fantástico”, afirma Barbuto.

A gente consegue usar o sistema imunológico para tratar o câncer e essa descoberta foi prêmio Nobel de medicina, em 2018

*José Barbuto,
professor do ICB-USP*



Vacina terapêutica contra o câncer aumenta sobrevida de pacientes

▶ INCLUSÃO E PERTENCIMENTO

“Invisíveis”: PCDs têm poucas opções de esporte na USP

Maioria das atléticas não tem modalidades para o grupo; CEPEUSP teve esportes para PCDs encerrados por falta de professores

RAFAEL CANETTI E MATEUS CERQUEIRA
[REPORTAGEM]

A USP e a maioria das atléticas não contam com modalidades voltadas para estudantes que são Pessoas com Deficiência (PCD), ou modalidades que podem ser adaptadas para esse grupo.

No caso das associações esportivas estudantis, o **Jornal do Campus** entrou em contato com 22 atléticas, a fim de observar como a inclusão de pessoas com deficiência é tratada.

Desse total, 19 atléticas afirmam não ter modalidades esportivas voltadas para estudantes PCDs. Quando questionadas se os times contavam com universitários PCDs, apenas as atléticas XI de Agosto (FDUSP) e Faudusp (FAU) afirmaram ter em seu quadro estudantes com alguma deficiência. Somente a Ecatlética (ECA) afirmou contar com modalidades mais inclusivas para PCDs – xadrez e E-sports.

A negativa dos grupos esportivos foi acompanhada de justificativas. Algumas delas: “nunca nos foi apresentada essa demanda”, “o CEPE não nos fornece estrutura”, “é a primeira vez que alguém nos apresenta uma demanda assim” e “somos uma atlética muito pequena”.

Para Juliana Altino, estudante de pedagogia na Faculdade de Educação (FE) e representante do Coletivo PCD na USP, a situação é uma amostra do constante descaso que a comunidade de PCDs enfrenta na USP.

Juliana tem paraparesia espástica (deficiência física que tira boa parte de sua autonomia em andar), o que a obriga a usar cadeira de rodas. Ela afirma que as atléticas poderiam ser a principal porta de entrada para prática esportiva de PCDs na USP, mas são só uma das várias organizações estudantis que negligenciam a inclusão do grupo.

MINORIA INVISIBILIZADA “Esses dias vi um vídeo de uma meni-

na falando que nós, PCDs, temos um superpoder, um seguidor perguntou que poder seria esse, e ela respondeu: a invisibilidade”, ironiza a estudante.

Igor Costa, estudante de arquitetura e atleta de handebol pela FAU-USP que tem hemiplegia (paralisia de metade do corpo), afirma que para superar o capacitismo nas atléticas – preconceito que subestima a capacidade de PCDs em executar algo –, vale criar canais de diálogo com esse grupo.

“Acredito que elas possam incluir um departamento dedicado a isso, um ambiente em que PCDs possam trazer sugestões e questões para que assim, as necessidades que surgirem sejam ouvidas e atendidas”. Para ele, isso já seria um avanço, “pois garantiria um trabalho em conjunto com todos os outros departamentos das atléticas, fomentando a inclusão dos estudantes PCDs”.

ALÉM DAS ATLÉTICAS

No caso das iniciativas da USP, o **JC** acompanhou de perto a dinâmica de um dos cursos ofertados no CEPEUSP: o Futebol para pessoas com Deficiência Intelectual (DI).

Em uma quadra, adolescentes e adultos jogam futebol, em nível e desafios motores semelhantes, e com diferentes diagnósticos e personalidades. Do lado de fora da quadra, estão familiares, no geral mães, reunidas em um banco, enquanto conversam e observam atividades.

A professora Carolina Magalhães coordena o grupo e usa o esporte como forma de reconhecer seus alunos: “Cada um tem uma característica em campo, é um reflexo da sua personalidade, alguns tendem ser fisicamente mais ativos, correm de encontro a bola, outros são mais observadores, esperam mais a bola”.

Carolina explica que a turma possui muito conhecimento sobre o futebol e que aprende mais com eles do que ao contrário. Para ela, os desafios do curso



Juliana durante entrevista no CEPEUSP

As atléticas são um claro exemplo do que enfrentamos nos diferentes ambientes da USP. As pessoas não nos enxergam como alguém com potencial

Juliana Altino, estudante de pedagogia

Aluno do Futebol para DI no CEPEUSP



▶ CONVOCAÇÃO

Na USP, esporte universitário é a porta de entrada para treinadores

Combinando infraestrutura para várias modalidades e demanda de muitas atléticas, Cidade Universitária oferece cenário convidativo para a formação de técnicos

JOÃO DALL'ARA [REPORTAGEM]

O ambiente esportivo da Universidade de São Paulo é o primeiro passo da carreira de muitos treinadores, que aproveitam o local repleto de times para viverem o esporte. Todos carregam a experiência de desenvolver atletas enquanto se formam. Muitos permanecem no meio.

É uma combinação de dois fatores: o Centro de Práticas Esportivas da USP (Cepeusp), que oferece aos alunos uma estrutura com academia, piscinas, assim como diversos campos e quadras para a atividade esportiva e a presença das atléticas.

Cada faculdade ou instituto se organiza por meio de uma Associação Atlética para promover treinos das mais variadas modalidades aos seus estudantes. Todas as equipes necessitam de uma pessoa para treiná-las. Isso resulta em um ambiente favorável para o ingresso e a formação de treinadores. A maior parte deles surge na própria USP, na Escola de Educação Física e Esporte (EEFE), e tem como primeira oportunidade profissional o comando de times universitários.

Rafael Monzem, de 28 anos, técnico de futsal universitário de 2012 a 2019 e atualmente técnico de futebol do sub-14 do Red Bull Bragantino, relatou que teve a sua primeira experiência como treinador no primeiro ano de faculdade. “Comecei no meu primeiro semestre. Nunca tinha dado treino, mas sempre joguei e achei que seria suficiente – o que estava longe de ser verdade, mas eu tinha muita vontade de aprender e me desenvolver”.

A experiência foi semelhante à de Aline Terumi, de 31 anos, técnica de vôlei universitário desde 2012, quando começou como auxiliar técnica no segundo semestre da faculdade. “Assim que eu comecei a dar treino,

me descobri e pensei ‘é isso que eu quero’. Hoje, ela é técnica de sete equipes da USP.

Para Monzem, o esporte universitário abre portas com muita facilidade para o mercado e para quem tem interesse em se tornar treinador. “Existem muitas equipes na USP e técnicos para assumirem esses times. A grande maioria das pessoas que eu conheço no mercado vem da EEFE, trabalhou no universitário e jogou nos times da faculdade.”

O técnico ainda menciona como a prática deliberada na USP e o contato com outros profissionais foi importante para a sua formação: “fazer parte das equipes e discutir no dia a dia com pessoas que pensam o jogo ensina você a ser treinador. Além da vivência prática, em que você tem a oportunidade de experimentar.”

Treinar diversos times ao mesmo tempo também estimula a capacidade dos técnicos. “Isso cria um repertório muito grande em relação ao desenvolvimento do treinador e do treino. Eu tinha que ajustar tudo isso para cada atleta ou time se motivar e se desenvolver”, afirma Monzem. A prática esportiva é responsável por unir diversos benefícios no ambiente universitário.

Há uma interação entre o competitivo e o lazer, afinal, fazer parte de uma equipe também é um processo de permanência na universidade. É papel do treinador conciliar essas duas vertentes e mediar relações. Ao mesmo tempo em que está formando atletas, ele também é formado enquanto profissional.

Gabriele Bonfim, de 28 anos, técnica de natação universitária do Catadão USP, atualmente composto pela Física e pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP e treinadora da Seleção Brasileira paralímpica de natação, comenta que existem dois caminhos dos

atletas que buscam o esporte universitário. “Funciona tanto para as pessoas que estão em um primeiro contato com a modalidade como para as que já conhecem e competiam antes da faculdade”.

Saber relacionar atletas com diferentes experiências dentro de uma equipe é parte do trabalho de um treinador. Terumi entende que também é sua função, além de organizar competitivamente um time, incentivar quem tem interesse pelo esporte. “Por mais que a pessoa seja descoordenada e nem me renda uma atleta titular, eu sei que aquilo será importante a sua vida. Para não ser sedentária e não parar de praticar.”

A técnica de vôlei atua há cerca de 10 anos no esporte

universitário e não pensa em deixar a categoria, em especial pela formação e contato com os atletas. O ambiente da USP proporciona uma diversidade de times e pessoas que podem ser influenciadas pela treinadora através do esporte.

Por outro lado, a técnica da natação concilia o esporte universitário com o profissional e relata que, desde que ingressou na Seleção Brasileira Paralímpica, manteve a atuação simultânea. Ela conta que carrega a união e os laços formados no universitário e que a determinação dos atletas é algo influente. “Muitas vezes eles não têm horários, precisam estudar, fazer iniciação científica ou TCC e, ao mesmo tempo, separaram um horário no dia para treinar e praticar um esporte.”

Monzem deixou o cenário universitário, mas conta que as experiências que viveu foram determinantes para a sua formação pessoal e profissional. “Com certeza me moldou para a pessoa e o treinador que eu sou hoje”.

▶ SUSTENTÁVEL

Reciclagem na USP avança, mas 70% dos materiais ainda vão para o lixo comum

A pedido do JC, prefeitura do campus traça um panorama sobre a gestão de resíduos na Cidade Universitária

LEONARDO VIERA [REPORTAGEM]

A questão ambiental é um dos desafios da humanidade para as próximas décadas. Parte importante dessa agenda é a gestão de resíduos, enfrentada a partir de um bom sistema de coleta seletiva e reciclagem. Nesse sentido, a USP ainda tem um longo caminho pela frente: 70% do material passível de reciclagem vai para o lixo comum. Mas a Universidade vem investindo em políticas para melhorar sua gestão dos recicláveis.

“A primeira iniciativa Institucional foi o USP Recicla, de 1994, que tinha como enfoque a reciclagem de papéis, oficinas e palestras de Educação Ambiental”, afirma Aline Mellucci, responsável pela área de gestão de resíduos da prefeitura do campus. Ela também destaca a Gestão de Resíduos e Recursos Naturais (SVRN), responsável por gerenciar, da coleta à destinação final sustentável, resíduos recicláveis

de todos os tipos na Cidade Universitária, além do auxílio às Prefeituras do Campus Leste e Quadrilátero da Saúde e do Direito.

O resultado é uma coleta de material reciclável da ordem de 3,2 toneladas por mês, a maior parte de papel (46%) e papelão (30%) (veja gráfico). “Há também programas para itens não recicláveis, orgânicos e de tratamento específico, como lâmpadas fluorescentes, entulhos, restos vegetais, inservíveis, químicos, além da logística reversa de pilhas e baterias”, enumera.

O lixo eletrônico é outro tipo de resíduo que ganhou notoriedade nos últimos anos devido ao à popularização dos avanços tecnológicos. Na USP, a coleta e a triagem de componentes de computadores que não serão mais utilizados, mas que ainda podem ser úteis, é feita no Centro de Descarte e Reúso de Resíduos de Informática (CEDIR) – localizado próximo ao Instituto de

A reciclagem na universidade se beneficia com a produção científica da instituição, seja por geração de dados ou estudos que ajudam a melhorar a destinação dos resíduos. Há dois projetos de destaque nessa perspectiva: o Biodigestor no Instituto de Energia e Ambiente (IEE), um protótipo capaz de digerir, em teoria, cerca de 20 toneladas por dia de resíduos orgânicos. “Hoje todos os resíduos dos nossos Restaurantes Universitários estão sendo encaminhados para o biodigestor, gerando gás, energia elétrica e outras pesquisas adjacentes, como o próprio resíduo do biodigestor ser reciclado em biofertilizante”.

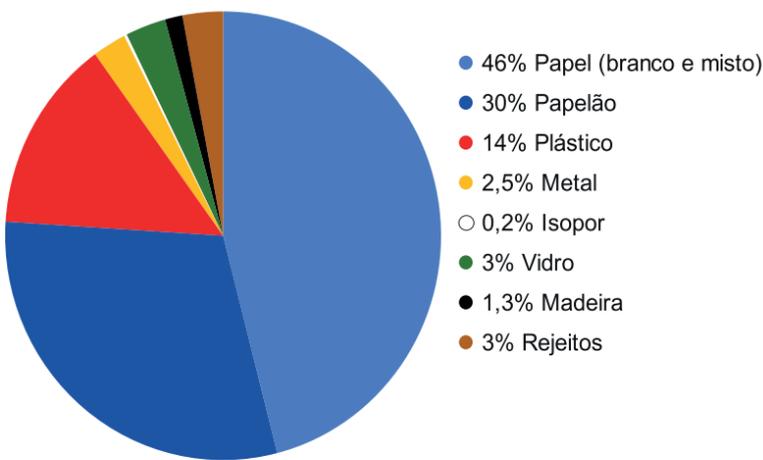
Outro projeto é a criação de uma Central de Triagem de resíduos recicláveis na USP, ao lado da Comunidade São Remo, desde a construção de um galpão e seus equipamentos até a assessoria para criação de uma cooperativa organizada que irá ope-

espera começar a funcionar até meados de 2024.

Mas ainda há muitos obstáculos a serem superados. Segundo a gestora, mesmo com uma logística eficiente de coleta e destinação, a segregação ainda é o maior desafio.

“Precisamos de mais engajamento dos usuários, além de necessitarmos de um maior investimento em recipientes adequados com campanhas internas dentro das Unidades de ensino”, finaliza.

TIPOS DE RECICLAGEM POR MÊS



Fonte: Prefeitura do Campus

▶ TECNOLOGIA

Inteligência artificial ajuda no combate à fome

Pesquisadores da USP defendem uso da IA para reduzir desperdícios e conectar oferta e demanda de alimentos

ERICK LINS [REPORTAGEM]

Uma constatação contraditória é a quantidade de alimento produzido em solo nacional, capaz de alimentar cerca de 1,6 bilhão de pessoas, sendo que aproximadamente 33 milhões de brasileiros vivem em situação de insegurança alimentar. Tal circunstância evidencia a completa desigualdade entre alta produção e a insegurança alimentar no país. “Nada justifica um país como o Brasil, um dos maiores produtores de alimentos do mundo e com riqueza territorial e agrícola que possui, podendo plantar ano inteiro se deparar com gente passando fome ou que não poder fazer as três refeições diárias”, afirma Margarida Kunsch, professora da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP) e coordenadora do eixo temático de comunicação e difusão científica

Trata-se de um tema complexo e abrangente que envolve diversas áreas do conhecimento e exige uma expertise multidisciplinar dos pesquisadores que atuam em diferentes unidades da USP

do programa Combate à Fome: estratégias e políticas públicas para a realização do direito humano à alimentação adequada

Pesquisadores da USP propõem que a Inteligência Artificial (IA) seja utilizada como ferramenta para reduzir essa contradição. Antonio Mauro Saraiva, professor do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP), explica o papel das IAs no enfrentamento ao problema: “O combate à fome envolve inúmeras facetas, como produção, acesso, consumo, e diferentes atores da sociedade. Portanto, é um problema complexo, com muitos dados e de origens diferentes. A IA pode auxiliar a lidar com essa massa de dados de maneira mais efetiva, mais automatizada e auxiliando na tomada de decisão com seus algoritmos de análise”, afirma o docente, que tem como parceiro de pesquisa o professor

Alexandre Delbem, do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC-USP).

Por enquanto, trata-se de um potencial ainda não concretizado. Mas, em tese, as IAs poderiam atuar na melhoria do aproveitamento da distribuição de alimentos excedentes produzidos e direcioná-los, por exemplo, para localidades com maior necessidade. “Ela pode ajudar a evidenciar os gargalos, e a fazer o casamento entre oferta e demanda, identificar rotas mais curtas para a distribuição.” explicou Antonio Saraiva. O professor também ressalta que outras tecnologias podem ser utilizadas, aliadas às IAs, para colaborar com a questão do combate à fome. “A ciência de dados, por exemplo, é importante na gestão dos dados dessas diversas variáveis, diferentes fontes, bem como técnicas de visualização

que facilitam o entendimento dos dados e das análises.”

Com os avanços na captura de dados utilizado pelas IAs, a elaboração de resoluções pode se tornar menos complexa e mais efetiva para enfrentar a insegurança alimentar. “Ela [IA] permite lidar com muitos dados e evidenciar novas relações entre eles, de modo a trazer um melhor entendimento do problema e indicar possíveis soluções que atendam a vários critérios.”, afirma Saraiva. O professor ainda explica como o Brasil poderia ser pioneiro erradicando a fome, devido à capacidade de produção nacional. “Uma combinação de políticas de incentivo à produção, de distribuição de renda, de educação, e de compras públicas pode dar as condições para erradicar a fome.”

▶ FESTA POPULAR

ECA recebe primeira oficina de Bumba meu boi do Maranhão

Com destaque para mulheres negras, ação aproximou academia de manifestação popular considerada Patrimônio Cultural da Humanidade

DAMARIS LOPES E GUILHERME CASTRO
[REPORTAGEM]

“Uma comoção geral por perceber que estamos abrindo espaço para outros saberes ocuparem a Universidade”. A fala de Andréia Nhur, professora do Departamento de Artes Cênicas (DAC) e do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Escola de Comunicação e Artes da USP, sintetiza a importância da primeira oficina de cultura popular do Bumba meu boi da Floresta, manifestação cultural do Maranhão, que aconteceu em dois horários no dia 31 de maio no Teatro Laboratório do DAC.

Ministrada por Nadir Cruz e Talyene Melônio, o evento foi uma parceria da mestrandia Luiza Fernandes, documentarista e jornalista formada pela ECA em 2016, com o projeto Cantar, Dançar, Batucar, dirigido pela professora Andréia.

“A ideia é dar espaço para saberes populares que foram excluídos do ensino superior no Brasil, trazendo mestres e mestras de manifestações tradicionais brasileiras”, afirma a docente Andréia.

Os especialistas apresentaram para os inscritos das oficinas suas

experiências, ensinando noções essenciais das manifestações culturais que dominam, como a dança e o entendimento da música e da tradicionalidade regional.

O convite às mestras foi feito por Luiza, que as chamou para participar da sua banca de mestrado e aproveitou a presença das maranhenses em São Paulo para articular um evento junto à professora. A ex-ecana também é integrante do grupo de Bumba Meu Boi desde que realizou uma disciplina optativa sobre o tema com a professora Andréia, durante a graduação.

O interesse pelo tema também inspirou a pesquisa de mestrado da jornalista. Para ela, a universidade pública tem um papel fundamental na promoção de conhecimentos, como os que estão contidos no Bumba Meu Boi da Floresta.

“O boi integra diversos conhecimentos, como a dança, música, bordado, costura, gestão e administração. É realmente uma escola”, aponta Luiza.

O QUE É O BUMBA MEU BOI DO MARANHÃO?

Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, o Bumba meu boi do Maranhão é um complexo cultural formado



Participantes são instigados a realizarem movimentos comuns da manifestação

A Universidade precisa valorizar atividades práticas que tragam pessoas negras em posição de liderança e destaque

Andréia Nhur, professora da ECA-USP

Na Oficina, os elementos culturais da festa são amplamente referenciados

por uma enorme variedade de estilos musicais, grupos brincantes — que realizam a festa, que também pode ser chamada de “brincadeira” — e uma conexão regional que une fé, festa e arte.

É uma apresentação festiva regional fundamentada na devoção aos santos juninos, às personagens de religiões de matriz africana e outras figuras da cosmologia local do estado, embora não se enquadre como uma produção religiosa.

A multiplicidade da festa, que varia a depender da região em que foi concebida, aparece com mais evidência na forma dos sotaques, que são as especificidades rítmicas dos grupos brincantes. O sotaque é definido pelo estilo de fazer a festa, seja por meio dos instrumentos (por exemplo: tambores, matracas, caixotes, entre outros)

O Boi da Floresta de Mestre Apolônio, responsável pela oficina, faz parte do sotaque da baixada. O sotaque é definido pelo estilo de fazer a festa, seja por meio dos instrumentos (tambores ou matracas? Caixotes ou pandeiros?), toadas ou modo de cantar ou de bater as mãos, por exemplo.

O Bumba meu boi do Maranhão também exerce uma posição de catalisador econômico e cultural dentro das comunidades onde está inserido, impactando o modo de vida dos lugares. No barracão do Boi da Floresta — espaço onde se concentra a organização das atividades — por exemplo, há um incentivo à prática do bordado, da costura, da produção manual e têxtil. Os brincantes experientes ensinam os inexperientes.

SOB NOVOS OLHARES Em 2017, a USP aderiu oficialmente à política de cotas raciais e internamente os docentes vêm buscando

revisar ementas, bibliografias e conteúdos com o intuito de incluir olhares que fujam do padronizado na Universidade: masculino, branco e europeu.

“Mas, para além da teoria, a universidade precisa valorizar atividades práticas que tragam pessoas negras em posição de liderança e destaque”, aponta a professora Andréia.

“Se não houver troca de conhecimento, vai ficar cada um na sua caixa”, acrescenta Nadir. Para ela, a importância da academia nesse encontro de saberes é intercalar a manifestação popular ao conhecimento teórico, aproximando os acadêmicos da prática, o que gera uma troca necessária para a manutenção de ambas as funções.

O Bumba meu boi não pode ser separado da música, que foi a matriz da oficina. Nadir Cruz diz que o processo criativo da brincadeira é um musical completo: seja nas toadas — ritmos e sons característicos da manifestação cultural — seja na produção das letras das canções, no acalanto da comunidade, ou na construção popular e coletiva da festa.

Em razão disso, a mestra traz uma exposição histórica sobre o que é o Bumba meu boi antes da execução do projeto, para que esses elementos fiquem claros aos participantes antes de qualquer atividade prática. Ela também especifica a importância das comunidades negras e indígenas na produção desse saber popular.

“Pelo retorno que eu tive dos participantes dessa e de outras oficinas que a gente fez, essa relação com pessoas pretas em posição de liderança impacta mais do que você colocar um título dentro de uma ementa de bibliografia”, argumenta a professora Andréia.



▶ MEMÓRIA

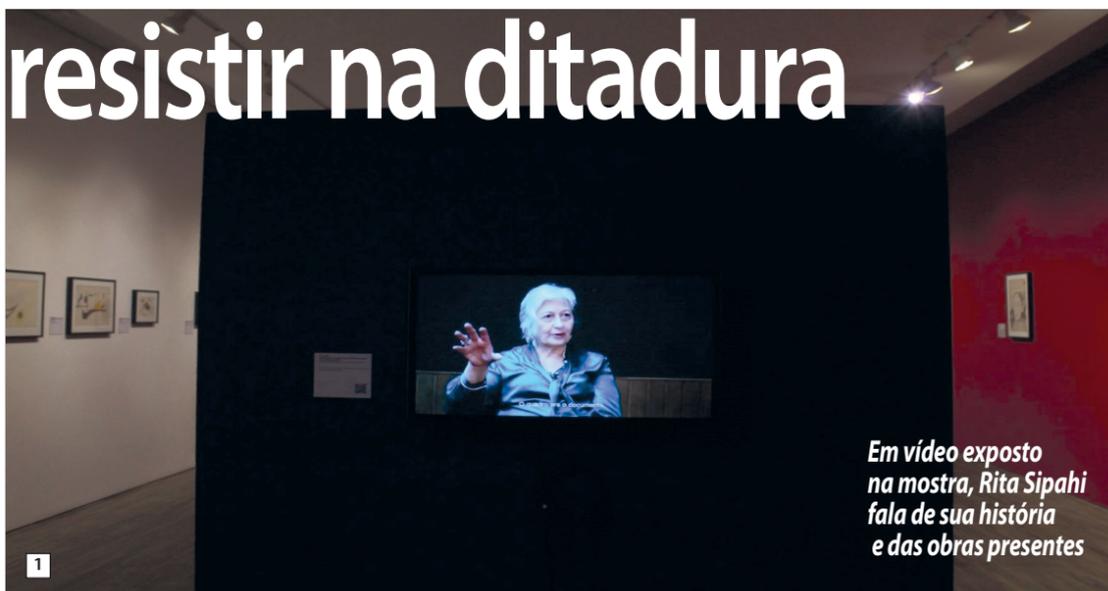
A arte de resistir na ditadura

MAVI FARIA [REPORTAGEM]

“Uma exposição para não esquecermos desse período difícil e violento da nossa história, e também para homenagear quem lutou contra a ditadura no país”. É assim que a curadora Priscila Arantes define a mostra “Imagem-Tes-temunho: experiências artísticas de presos políticos na ditadura civil-militar”, do Centro MariAntonia da USP, em parceria com o Memorial da América Latina.

Pinturas, desenhos, esculturas e pirogravuras dos mais diversos tipos integram as 40 obras expostas, feitas por 12 ex-presos políticos: Aldo Arantes, Alípio Ferreira, ngela Rocha, Artur Scavone, Carlos Takaoka, José Wilson, Manoel Cyrillo, Regis Andrade, Sérgio Ferro, Sérgio Sister, Rita Sipahi e Yoshiya Takaoka.

Produzidas dentro de diversos centros penitenciários de São Paulo durante a ditadura civil-militar, incluindo o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), as obras conversam entre si pela



Em vídeo exposto na mostra, Rita Sipahi fala de sua história e das obras presentes

linha temática, e não pela estrutural ou performática. O estilo e a técnica empregada por cada artista são únicos — indo do lápis, da caneta, da madeira, da tinta, ao tecido — e permitem que o espectador vislumbre aquele momento da vida de cada artista por sua perspectiva.

O compartilhamento dessas histórias não fica restrito às obras: nas salas de exposições, há vídeos dos ex-presos políticos relatando vivências e o processo envolvendo as obras expostas. A inclusão desses arquivos em vídeo,

para Priscila, é essencial para garantir que o visitante “tenha acesso à história daquele artista”.

Muito além de um trabalho a ser admirado, as obras são um recado e lembrete político de um tempo sensível da história brasileira. Justamente por essa característica, ela conta que a seleção das obras foi feita “com diálogo e escuta aos ex-presos políticos”.

O ato de lembrar e resistir ainda emociona Manoel Cyrillo, um dos artistas da mostra. Preso de 1969 a 1979, após participar durante 9 meses da guerrilha ur-

bana Ação Libertadora Nacional (ALN), — incluindo o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick e da tomada da Rádio Nacional —, ele afirma que “se a mesma história voltasse a se concretizar, eu faria tudo de novo”.

A interseção entre a arte e a militância viria na cadeia, onde, pela necessidade de ajudar familiares e companheiros que precisavam de dinheiro, ele começou a produzir pinturas a partir de um curso de arte oferecido no presídio. Embora já habituado com a caneta nanquim, Manoel

MARIANTÔNIA USP

R. Maria Antônia, 294 – Vila Buarque, São Paulo - SP.
De terça a domingo, das 10h às 18h.

Confira a reportagem visual em www.jornaldocampus.com.br

realmente se encontrou no pirografo, ferramenta de desenho com o fogo.

“Quando eu e os companheiros fazíamos uma pirogravatura, todos que concordavam com o nosso desenho, que sempre tinha um cunho social bem forte, assinavam e doávamos para para espalhar a mensagem”. Para driblar a censura, as obras muitas vezes precisavam sair escondidas com os familiares que os visitavam. Mas, quando o destinatário era uma personalidade da época, como Mercedes Sosa, cantora argentina, ou Jorge Amado, elas saíam pela porta da frente.

Manoel acredita que a arte por si só não é resistência. Mas, dentro daquelas celas, elas adquiriram esse teor. “Fazer arte sem o cunho revolucionário é só arte. Resistimos como presos políticos”.

▶ PEDRO

PEDROS, UNI-VOS

Inspirado em grupo viral carioca, USP Pedros reúne 370 estudantes do mesmo nome e leva ‘JC’ a tomar bronca

PEDRO GABRIEL KOGA E PEDRO FAGUNDES
[REPORTAGEM]

No meio do caminho, tinha um Pedro. Tinha um Pedro no meio do caminho. Apesar de não compartilhar do mesmo nome, Drummond sabia da grandiosidade que ocorria na frente de suas retinas tão fatigadas: um Pedro cruzara seu caminho. Eram poucos. Em 1927, no ano de lançamento de seu célebre poema, apenas 41 mil Pedros habitavam um país continental. Hoje, a realidade mudou. Seus caminhos seriam interrompidos incontáveis vezes. Não haveria somente um Pedro para roubar seu óculos, sentado em Copacabana, ou esbarrá-lo em Itabira.

São mais de 1,2 milhão de Pedros por todo Brasil. 1,2 milhão de encontros pelo caminho. Em uma dessas idas e vindas, poesia. No ano de 2019, o carioca Pedro, estudante da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, decidiu transformar a história. Unindo a falta do que fazer com a ausência de qualquer perspectiva,

Pedro mudou o mundo — algo recorrente a representantes do nome, como São Pedro, que herdou uma igreja, Dom Pedro, que herdou um país e Pedro Scooby, que assim como o estudante, não tinha nem o que fazer, tampouco qualquer perspectiva. O Pedro em questão, por sua vez, criou um grupo de WhatsApp: o Pedros da UFF.

Imerso em sua própria humildade, ele conta: “foi uma brincadeira para reunir os Pedros da atlética, éramos apenas seis. Porém, surgiu a ideia de colocar qualquer Pedro da UFF, aí começou”. O que era uma in-

gênu piada em grupo virou revolução. Em pouco tempo, conquistaram os olhos da mídia, com participação no Encontro da dita Bernardes, cujo primeiro nome não compactua com os ideais do editorial.

Com o aumento da visibilidade, teve início a Primeira Cruzada dos Pedros no Brasil. A expansão das fronteiras universitárias subiu a Serra do Mar e chegou a São Paulo. É nesse contexto que a criação do USP Pedros aconteceu. “Tudo nasceu em uma conversa com meu amigo Pedro durante um almoço no bandeirão da Física, em 2022”, explica Pedro, aluno do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG), fundador do grupo.

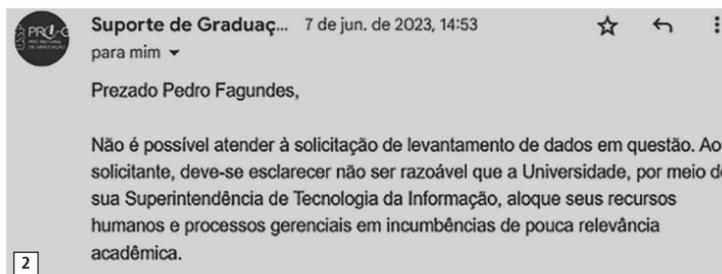
Para a apuração da reportagem, o JC entrou em contato com a Pró-Reitoria de Graduação buscando o número de Pedros matriculados na USP. Em nota, a PRG afirmou que não forneceria dados ao veículo (imagem 2). O grupo USP Pedros criticou a resposta: “defendemos a igualdade entre Pedros e humanos”. Usando técnicas de raspagem de dados, um Pedro, que pede para não ter seu nome divulgado, descobriu que há 2.147 Pedros matriculados — 350 ingressantes no último vestibular. O número aponta um aumento de 45% em relação a dez anos atrás, quando houve 242 ingressantes. “Na época, conhecíamos só um ao outro com o nome

‘Pedro’ no nosso Instituto e pensamos como seria divertido se conseguíssemos reunir a maior quantidade de Pedros possível em um só grupo”, destaca Pedro.

Para Pedro, ser um Pedro é ter um propósito. “Teve uma vez que o pessoal da Red Bull me deu uma caixa do energético para distribuir entre os Pedros. Em uma festa à fantasia, uma pessoa foi fantasiada de Pedro e achei muito legal”, complementa Pedro.

Em um ato contrarrevolucionário, M*****, fundou o grupo Marianas USP, que conta com 21 M***** e uma F*****, agente infiltrada. “Eu me senti sufocada. Por muito tempo, senti meus pais pelo meu nome. Eles poderiam ter me chamado de Petra ou Pietra, por Deus, eu aceitaria até mesmo Pedra”, relata.

Como diria o aracnídeo, fotógrafo e amigo da vizinhança, Peter, uma variante norte-americana, do Brooklyn: “com grandes nomes vêm grandes responsabilidades”. Pedros, uni-vos!



▶ IGUALDADE DE GÊNERO

Osusp tenta combater preconceito de gênero na música clássica

Mulheres ganham mais espaço no corpo das orquestras sinfônicas

FERNANDA REAL E MURILLO CÉSAR ALVES
[REPORTAGEM]

A música clássica foi criada por homens, desenvolvida numa época em que as artes eram reservadas ao universo masculino. O fato se sucedeu até 1930 Naquele ano, a holandesa naturalizada norte-americana Antonia Brico foi pioneira na condução da Orquestra Sinfônica de Berlim.

Até hoje, a admissão de mulheres em orquestras é bem custosa, principalmente se levarmos em conta os cargos de regência. Há poucos dados sobre o assunto, mas de acordo com levantamento de 2013, feito pela League of American Orchestra, há uma maestrina para cada 21 homens nas orquestras dos Estados Unidos.

A Orquestra Sinfônica da Universidade de São Paulo (Osusp) não foge à tendência mundial. Ainda que já tenha tido regentes mulheres à frente da sua filarmônica, há uma prevalência masculina nos papéis de liderança. “Isso é decorrência da nossa história, as mulheres não tiveram o mesmo incentivo”, aponta Eliane Tokeshi, vice-presidente do instituto.

Mas os espaços já começam a ser ocupados, com maestrinas como Ligia Amadio e Alejandra Urrutia nos palcos, liderando a sinfônica da Universidade, em ciclo especial: “Esculpir o Tempo”.

Tradicionalmente, o estudo da música foi, para mulheres,

uma forma de aprender a tocar os instrumentos, como o piano, dentro de suas casas. Entre os séculos 17 e 20, seria uma maneira de musicalizar o lar – porém raramente levavam seus dons para fora de residências. “Ao longo da história tivemos maestros com postura autoritária, vaidosos. Não há mais espaço para isso na música clássica ou à frente das orquestras”, comenta Eliane. Ela destaca que muitos destes corpos musicais têm autonomia para escolher seus regentes. A prioridade, hoje, é para os conhecimentos artísticos – e não para a postura rígida.

A SINFÔNICA DA USP A Osusp possibilita o protagonismo de mulheres na música clássica com a elaboração de concertos e ciclos que homenageiam grandes musicistas. “Em setembro, teremos um programa dedicado a obras de compositoras. Na orquestra, a união de gêneros tornará estas obras ainda mais valiosas”, conta. Algo semelhante já havia acontecido em 2022. A vice-presidente, por causa dessas medidas e políticas, vê uma melhora no campo musical. “Temos musicistas do sexo feminino tendo destaque no cenário internacional.”

“As mulheres têm estudado, tido mais oportunidades e se inserido no ambiente orquestral cada vez mais nos últimos anos”, afirma a vice-presidente. Para ela, as concepções de hierarquias nas novas gerações foram fundamentais para tentar derrubar estes estigmas na música clássica. “Estamos tentando chegar a um mundo em que não existam espaços para discriminações no meio.”

ALEJANDRA E LIGIA Como parte ainda minoritária na regência de orquestras, Ligia Amadio, 58 anos, iniciou sua carreira na música relativamente cedo, aos cinco anos de idade. De 2009 a 2011, foi a maestra à frente da Osusp, mas também ocupou a direção da Sinfônica Nacional (de 1996 a 2009) e a Sinfônica da Universidade Nacional de Cuyo, na Argentina. Carreira extensa de honrarias, com uma coletânea que reúne onze álbuns.

Mesmo com tanto prestígio, ela ainda precisa se prender a um repertório majoritariamente masculino, se não fosse pelo pioneirismo de Cécile Chaminade. A compositora e pianista francesa é descrita como parte do “romantismo tardio” na música clássica.

Na configuração atual, a Osusp conta com regente fixo e um grupo de 37 músicos, sendo 28 homens e 9 mulheres



1: MURILLO CÉSAR ALVES/JC [FOTO]

▶ SERVIÇOS

Uma Biblioteca Viva

Exposição que celebra os 10 anos da Biblioteca Brasileira, com obras raras do acervo. Onde: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – Rua da Biblioteca, 21 – Cidade Universitária, São Paulo - SP – Em cartaz até 15 de setembro.

Ingr.: Grátis.

Versus

Exposição individual do artista contemporâneo Laerte Ramos. Onde: Centro Maria Antônia – Rua Maria Antônia, 258 – Vila Buarque – São Paulo, SP – Em cartaz até 10 de setembro.

Ingr.: Grátis.

Cursos de Inverno

Cursos de curta duração sobre diversos temas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Os cursos ocorrerão entre 31 de julho e 12 de agosto.

Inscr.: Grátis, no site da FFLCH.

OSUSP e Luís Otávio Santos

Orquestra Sinfônica da USP convida o violinista Luís Otávio Santos para a regência. Onde: Anfiteatro Camargo Guarnieri – Rua do Anfiteatro, 109 – Cidade Universitária – São Paulo, SP – Dia 12 de agosto.

Ingr.: Grátis.

USP e as profissões

Tradicional feira de profissões da USP, recebe alunos de todo o país e oferece bolsas para monitores (ver oportunidades junto a cada departamento). Onde: Praça do Relógio, Cidade Universitária – São Paulo, SP – Segunda quinzena de Setembro.

Com ele, aprendo a amar mais quem eu sou

ANA MEDEIROS [CRÔNICA]

2022, primeiro ano de faculdade presencial pós-pandemia. Muitos calouros chegam ao campus eufóricos para desbravar tudo o que a maior universidade da América Latina tem a oferecer. Veteranos matam a saudade ou descobrem como é a vida universitária fora das telas dos celulares e computadores. Para alguns, a sensação de pegar o seu primeiro circular ou fazer a sua primeira refeição no bandeirão é única. Para outros, único é lembrar os momentos em festas, jogos e comemorações da atlética de sua unidade. A princípio, poucos vão para a USP na

busca de encontrar algo ainda mais único, principalmente, para alguém que faz parte da comunidade LGBTQIA+: o amor.

Por falta de mais um integrante, Larissa e Gabriela formaram uma dupla na sala de aula, enquanto o resto da turma se dividiu em trios para uma disciplina. As alunas de Ciências Biomédicas gostam de acreditar que o destino as juntou. Começaram a compartilhar interesses e logo uma amizade se fortaleceu. Com o aniversário de Larissa chegando, Gabriela mandou, como presente, o link de promoção do livro chamado “É assim que se perde a guerra do tempo”, sobre duas viajantes do tempo que se apaixonam.

Ao passar dos meses, a amizade começou a se confundir com sentimentos românticos. Gabriela, no fundo, sabia que não era apenas amizade, mas se recusava a aceitar. “Se eu aceitasse, teria que fazer alguma coisa. Então era melhor eu só achar que não ia rolar nada”. O frio na barriga ao pensar em tomar alguma atitude era fruto do medo da rejeição.

Foi a partir do encorajamento de seus amigos e em uma festa inspirada na Taylor Swift que Gabriela viu uma oportunidade de apostar em sua paixão platônica: “É agora ou nunca”, pensou, durante o caminho que fez dentro do metrô e do circular. Então,

após cinco horas de festa e com músicas românticas da cantora de fundo, Larissa disse “sim” a sua pergunta e o primeiro beijo finalmente aconteceu. Entre sorrisos, Gabriela relembra o quão incrível foi a sensação.

Depois, as duas foram em mais festas, até usando fantasias de casal de “ameaça comunista”, Gabriela de foice e Larissa de martelo. O campus é um ambiente acolhedor para, enquanto mulheres LGBT, elas serem quem são.

Já a história de Naju e Victor, pessoas trans e alunos de Educação, começou em 2021, durante a pandemia, quando os dois ainda nem pensavam em

pegar o circular, comer no bandeirão e participar de festas. Em vez disso, o que acontecia em seu círculo social da universidade eram conversas e encontros para jogar League of Legends.

Na época, a atlética da ECA organizou uma confraternização pela internet para os fãs do jogo. Naju não estava tão interessado no game, mas pensou que essa seria uma chance de conseguir conversar com Victor, seu calouro, e o convidou para participar — o que acabou não acontecendo, já que os dois confundiram a data do encontro. As investidas continuaram, sem muito sucesso, até que os dois pararam de conversar.

Meses se passaram e mais um evento virtual foi feito: o “match ecano”, que consistia em preencher um formulário contando seus gostos pessoais e, no dia e horário marcado, entrar no link do Google Meet e conhecer sua “alma gêmea”. Em resposta a uma publicação que Naju fez no seu Instagram, Victor disse que não participaria da brincadeira se ele também não fosse participar. E assim foi. Eles não chegaram a conhecer seus “matches”, mas voltaram a se falar. Falaram sobre o curso de educação, questões raciais — ele é uma pessoa negra, e ele, uma pessoa amarela — e sobre eles mesmos. Com pontos em

comum, eles poderiam ser o “match” um do outro.

Mas, de novo, os dois pararam de conversar. Victor não respondeu mais às mensagens de Naju, que passou mais alguns meses superando o que ele achou que fosse falta de interesse. Mais tarde, ele soube por ele que o interesse era tanto que, contrariando as expectativas, ficou ansioso e, não sabendo lidar com seus sentimentos, preferiu se afastar.

Entre essas idas e vindas, foi depois da confissão de Victor, em outubro de 2021, que os dois não se separaram mais. Naquele ano, enquanto um morava no interior de São Paulo e o outro no ABC paulista, foi pela internet

que o casal conversou e entendeu suas semelhanças e diferenças. Hoje, a internet não é mais o principal local de contato deles, e sim a universidade e o apartamento onde moram juntos, perto do campus Butantã.

Para Naju, é bonita a forma que ele e seu namorado encontraram de se amar e lutar contra constantes barreiras que aparecem na vida de pessoas transsexuais e racializadas, mesmo na USP. “É muito difícil ser uma pessoa trans, viver e assumir um relacionamento com ele, mas também é um dos meus maiores motivos de alegria”, conta. “Com ele, eu aprendo a amar mais quem eu sou”.

GABRIELA LIMA/JC [ILUSTRAÇÃO]

